



Ata da 63^a Reunião Extraordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente, realizada no dia 10 de fevereiro de 1999.

Realizou-se, no dia 10 de fevereiro de 1999, no Auditório Augusto Ruschi da Cetesb, a 63^a Reunião Plenária Extraordinária do Consem, à qual compareceram os seguintes conselheiros: Ricardo Tripoli, Secretário do Meio Ambiente e novo Presidente do Consem, Stela Goldenstein, Secretária Adjunta, Darcy Brega Filho, Evaldo Coratto, Lady Virgínia Traldi de Meneses, Wilson A. Santos, Helena de Queiroz Carrascosa von Glehn, Marlene B. P. Cortese, Eduardo Trani, Armando Shalders Neto, Ana Cristina Pasini da Costa, João Affonso Lacerda, Elson Maceió, Sílvia Morawski, José Carlos M. Sícoli, Carlos Alberto Hailer Bocuhy, José Eli da Veiga, Maria Julita Ferreira, José Mauro D. Orlandini, Mohamed Habib, Anícia A. B. Pio, Antonio Cyro J. Azevedo, Osmar S. Franco, Elson Maceió dos Santos, Maria Tereza Mariano, Luís Sérgio Osório Valentim, Luiz Eduardo Correa, Ayrton Sintoni, Sérgio Gabriel dos Santos, Maria da Glória Gr. Lima, José Ricardo de Carvalho e Roberto Saruê. Depois de declarar abertos os trabalhos e de ler a pauta da reunião (1^a Parte – Expediente Preliminar: 1. Aprovação da Ata da 62^a Plenária Extraordinária; 2. Comunicações da Presidência e da Secretaria Executiva; 3. Pedidos eventuais de inclusão, em regime de urgência, de matéria na ordem do dia. 2^a Parte – Ordem do Dia: Apresentação do vídeo “Oceanos – Complexo Estuarino da Baixada Santista” e discussão sobre as condições ambientais de Cubatão e da Baixada Santista. 3^a Parte – Assuntos de Interesse Geral), o Secretário Executivo declarou que, antes mais nada, passava a palavra ao novo Secretário do Meio Ambiente e, consequentemente, Presidente do Conselho, Ricardo Tripoli, que fez as seguintes declarações: que agradecia o trabalho que o Consem vinha desenvolvendo nesses últimos dezesseis anos, pois conhecia sua importância; que obviamente estava assumindo a Pasta da Secretaria do Meio Ambiente, a seu ver com um resultado extremamente positivo; que acreditava no trabalho dos técnicos, cientistas e funcionários da SMA, que vinham prestando enormes serviços à comunidade da área de meio ambiente do Estado de São Paulo e, por consequência, à toda sociedade paulista e, por que não dizer, a todo o País, pois a SMA vinha exportando os seus serviços para todos os cantos; que, obviamente, colocava-se a serviço dos membros do Consem, de cujo Plenário e Câmaras Setoriais sabia a importância do trabalho que vinham exercendo ao longo de todos esses anos; que agradecia o grande esforço despendido pelos ex-presidentes, Deputado Fábio Feldmann e Dra. Stela Goldenstein, que se empenharam extremamente no sentido de fazer valer os resultados obtidos das reuniões do Consem no balizamento das ações públicas que diziam respeito às demais Secretarias de Estado; que cumprimentava as instituições presentes, o Ministério Público, as entidades não-governamentais, as universidades, os membros das entidades ecológicas e ambientalistas, enfim, a todos os que vinham contribuindo de forma muito importante para que se pudesse recolocar a questão da qualidade de vida para os órgãos estaduais e, também, para a iniciativa privada; que falava como quem estava chegando à SMA e que, em seu discurso de posse, procurara ser o mais abrangente possível, em virtude do trabalho temático que desenvolvera nesses últimos anos, embora achasse que havia muita coisa a ser acumulada como conhecimento e bagagem a partir do trabalho desenvolvido nesta Casa; que tinha certeza de que teria bom entendimento com o Conselho, porque era uma pessoa do diálogo; que era claro ser política a sua missão, pois não podia fugir da sua trajetória, de sua vida pública; que tinha a determinação do Governador Mário Covas de fazer com que esta Secretaria mantivesse a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

altivez e tivesse projeção dentro do conjunto do Governo, motivo por que precisava contar com o trabalho dos membros do Conselho, para que a questão ambiental tivesse uma dimensão tal que pudesse ser qualificada junto aos demais órgãos, não só do Governo, mas daqueles lhe dessem projeção nacional e internacional; que esperava poder participar de todas as reuniões, na medida do possível, pois sabia das dificuldades de estar presente em todas, mas esperava estar atento às questões que iriam ser discutidas e debatidas pelo Plenário; que tinha o costume de ouvir, dentro do possível, as pessoas, se possível coletivamente, e não uma a uma, pois dessa maneira se conseguia avançar em relação às questões que eram colocadas para o Conselho; que, assim sendo, se colocava à disposição de todos e esperava ter uma boa estada nesses próximos quatro anos nessa Casa na qual ele era o mais novo inquilino; que sabia que sua passagem seria por um período muito claro, mas que tinha uma missão a cumprir, e esperava cumpri-la, assim como a haviam cumprido os companheiros que o antecederam, que tiveram a competência e o talento para um bom desempenho. Em seguida, o Secretário Executivo informou que se passava ao expediente preliminar e submetia à aprovação a Ata da 62^a Reunião Plenária Extraordinária, pedindo ao Plenário que dispensasse sua leitura e ao Presidente que a considerasse aprovada; acolhidas tais solicitações, informou que qualquer pedido de modificação poderia ser encaminhado no prazo regulamentar. Passou-se à etapa das comunicações, tendo a Secretária Adjunta, Stela Goldenstein, feito as seguintes considerações: que sua comunicação era muito triste, pois dizia respeito à morte de uma funcionária da Secretaria do Meio Ambiente e colega sua, Arlete Bendazolli, uma pessoa muito querida; que ela fez questão de oferecer estas informações, apesar de este fato emocioná-la muito, e que o enterro seria naquele dia, às 16 horas, quando ela seria cremada na Vila Alpina; que ela era uma das pouquíssimas técnicas da Casa que tinham experiência com fauna, com animais, especialmente com felinos, sobre os quais elaborara vários trabalhos; que só recentemente ela tinha conseguido encaixar esta capacidade de trabalhar com animais de grande porte de uma forma mais produtiva junto à CPRN, e que, independentemente da questão afetiva, que era especialmente forte, Arlete Bendazolli era uma técnica de muito valor e que iria fazer falta para todos. Em seguida, o Secretário Executivo ofereceu as seguintes informações: que, como era a primeira vez que isto acontecia depois que se mudara a dinâmica de funcionamento das câmaras técnicas, conforme a Deliberação Consem 01/99, chamava atenção para o fato de a súmula do Parecer Técnico CPRN/DAIA 036/99 sobre o EIA/RIMA do empreendimento Loteamento Auferville ter sido a todos enviada, com a finalidade de que o Plenário pudesse avocar ou não a si a apreciação dessa matéria; que, no dia anterior, já havia sido encaminhado um fax pelo representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Adalton P. Manso, solicitando sua avocação; e que, como determinava o regimento do Consem, ou um quarto dos membros do Conselho assinava o requerimento de avocação e, automaticamente, a apreciação da viabilidade ambiental do empreendimento seria feita pelo Plenário, ou por solicitação de qualquer membro o Plenário deliberaria; como a última situação era a que ora se apresentava, colocava em votação o pedido formulado pelo conselheiro Adalton P. Manso. Constatou ter o pedido recebido dez (10) votos favoráveis, dez (10) contrários e ter sido objeto de cinco (5) abstenções. Verificado o empate, o Secretário Executivo informou que, como previa o regimento, em situações como esta a última palavra seria dada pelo Presidente, com o “voto de Minerva”. Passou, então, a palavra ao Presidente Ricardo Tripoli, que teceu as seguintes considerações: que esta era uma situação interessante, pois se tratava da primeira reunião da qual participava e na qual, em menos de dez minutos, teria de tomar uma decisão extremamente importante, mas que, como já lidara com situações dessa natureza, as quais deveriam ser enfrentadas, não possuía nenhum motivo para não decidir naquele momento,

Pág 2 de 13



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

esperando, entretanto, que seu posicionamento não balizasse o dos demais, pois não havia um entendimento de ordem geral, mas, sim, específica, e que, apesar da pouca avaliação que possuía sobre esta questão, para que não houvesse nenhum tipo de risco, votava para que o projeto fosse apreciado pelo Plenário. Este posicionamento resultou na seguinte decisão: **“Deliberação Consema 04/99. De 10 de fevereiro de 1999. 63ª Reunião Extraordinária do Plenário do Consem. O Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente, em sua 63ª Reunião Extraordinária, avocou a si, nos termos da Del. Consem 01/99, a apreciação da viabilidade ambiental do empreendimento “Loteamento Auerville”, de responsabilidade do Grupo Áureo Ferreira, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA 036/99 sobre o respectivo EIA/RIMA (Proc. SMA 13.664/98).”** Em seguida, o conselheiro Roberto Saruê pediu que fosse incluída na pauta do Plenário a apreciação do EIA/RIMA do empreendimento “Aramar”, de responsabilidade da Marinha, e que seria implantado no Interior do Estado, o qual promoveria a fissão do urânio e, portanto, mexeria com energia nuclear; sendo este o fato que justificava o seu pedido, pois, apesar de este Estudo se encontrar em tramitação na Secretaria, normalmente não era apreciado pelo Estado, segundo lhe informaram os advogados da Casa, mas apenas pelo Conama. Manifestou-se, em seguida, o conselheiro Carlos H. Bocuhy, que solicitou fosse oferecida ao Plenário pelo Secretário Executivo uma explicação rápida e sucinta sobre os resultados da reunião pública realizada no dia anterior na cidade de Caieiras, sobre o empreendimento “Centro Tecnológico de Resíduos”, de responsabilidade da CAVO, principalmente pelo fato de ela ter sido realizada extemporaneamente. A conselheira Maria Tereza Mariano teceu as seguintes considerações: que, na última reunião, pedira a inclusão, em regime de urgência, do fornecimento de informações sobre a implantação de ramais do Poliduto Brasil/Bolívia em cidades paulistas sem que tivessem sido concedidas licenças para tanto, dado que eles não constavam do EIA/RIMA do duto principal. Depois de a Secretaria Adjunta observar que talvez fosse interessante consultar-se a ata da reunião em que estes dados haviam sido solicitados pela primeira vez pela conselheira, pois dela já constavam as informações que lhe haviam sido fornecidas pela conselheira Helena Carrascosa a este respeito, a conselheira solicitante ratificou sua solicitação dizendo que a informação oferecida fora de que havia estudos sobre o tronco principal e que aqueles relativos aos ramais seriam posteriormente elaborados, razão por que perguntava como o Estado de São Paulo deixava isso acontecer, pois os ramais estavam sendo instalados sem se saber se aquele era o melhor caminho, principalmente porque se tratava de um gasoduto, empreendimento que, pela sua potencialidade de causar acidente, representava um grande perigo a sociedade, motivo por que não poderia passar em qualquer lugar, ainda mais levando-se em conta o fato noticiado pela imprensa local de que nem mesmo o empreendedor sabia em que lado da cidade estes ramais deveriam ser instalados, embora, se houvesse um estudo preliminar, eles não estariam tão perdidos e saberiam quais medidas e ações mitigadoras necessárias; que perguntava, ainda, como se poderia ampliar um empreendimento se esta ampliação não constava dos estudos e se o Consem a desconhecia. O Secretário Executivo colocou em votação o pedido da conselheira. A inclusão foi aprovada, ao receber doze (12) votos favoráveis e quatro (4) contrários e de ter sido objeto de cinco (5) abstenções. Em seguida, o Secretário Executivo informou que passaria a fornecer o breve relato solicitado pelo conselheiro Carlos Bocuhy, sobre resultados da reunião pública realizada no dia anterior no Município de Caieiras, salientando, inicialmente, que sobre resultados não poderia falar, mas forneceria informações sobre a forma como ela transcorreu; que a reunião fora muito difícil, pois, nos já mais de sete anos em que exercia a função de coordenar as audiências públicas, esta fora aquela com a qual tivera maior dificuldade; que a ela haviam comparecido muitas pessoas, cujo total

Pág 3 de 13



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ainda não lhe tinha sido passado, mas esperava não exagerar se dissesse que estavam presentes aproximadamente 800 pessoas, pois todas as 450 cadeiras que lá havia estavam ocupadas, e muita, muita gente ficara de pé; que não ficara claro se o litígio que durante o seu desenrolar ocorreu se devia a questões técnicas ou apenas à existência de uma questão política que parecera contrapor os grupos que litigaram naquele ambiente, e que um dos motivos que o levava a fazer tal suposição fora o fato, que causara espécie a todos, de ter o Vice-Prefeito do Município em sua intervenção defendido uma posição contrária ao empreendimento, enquanto o Prefeito defendeu sua instalação; que, para ilustrar a animosidade que dominou a reunião, informava que os Vereadores e o Prefeito tiveram de sair escoltados pela Polícia; que quase cem por cento das pessoas que se manifestaram posicionaram-se contrárias à implantação do empreendimento, e que, como três ou quatro pessoas que se inscreveram não quiseram fazer uso da palavra, concluirá que elas provavelmente eram favoráveis ao empreendimento e não se manifestaram por medo, pois “o grupo do contra” estava organizadíssimo; que houve muita gritaria, na verdade, só se gritou, não se dialogou; que não se discutiram questões técnicas – esta era a sua impressão -, e as poucas perguntas técnicas colocadas não chegaram a ser respondidas, pois, embora algumas pessoas tivessem afirmado durante as suas intervenções que queriam respostas, no momento em que elas deveriam ser dadas, foi necessário submeter-se à votação se se pretendia ou não ouvi-las, tendo a maioria se posicionado contrária; por isso, não sabia se o problema era meramente técnico, um problema do empreendimento em si (um bom número de pessoas afirmava que, apesar de o lixo ser problema que devia ser tratado, o que não queriam era o lixo dos outros); o que lhe parecera claro era que havia também um problema político, que não deixava de ser relevante e, portanto, deveria ser considerado, pois afinal a construção da “polis” se faz com política; que isso era tudo o que, brevemente, poderia dizer, deixando a quem mais participou da reunião a possibilidade de fazer complementações. A conselheira Helena Carrascosa fez as seguintes observações: que ficara claro para todos que havia um problema político local que tinha de ser resolvido na Câmara Municipal e entendia que, depois de terem sido resolvidos, aquilo que a legislação municipal determinar, ou seja, aquilo que for considerado legítimo por essa Casa será obedecido pela Secretaria, que não tinha por que duvidar da legitimidade dos vereadores eleitos pela população, e que as questões técnicas, que não puderam ser respondidas por causa do tumulto, serão analisadas, como já se combinara, em uma reunião a ser feita na Câmara Técnica do Subcomitê de Bacia. O conselheiro José C. Sícoli teceu as seguintes considerações, depois de saudar o Secretário e afirmar-lhe que todos os conselheiros depositavam nele a esperança de que ele saberia conduzir, com mãos seguras, esta delicada questão ambiental: que, embora não tivesse participado dessa reunião pública, até porque o Promotor de Justiça da Comarca devia ter comparecido, lembrava a todos, especialmente ao Senhor Secretário - que talvez ainda não conhecesse o assunto - que o licenciamento deste empreendimento fora objeto de uma discussão no âmbito deste Colegiado, exatamente em virtude do fato de ele ter sido feito sem a realização de audiência pública, sob a alegação de que não havia sido regimentalmente exercido o direito de solicitação para que ela fosse realizada; que a questão, como todos sabiam, era extremamente delicada e certamente preocupante em qualquer lugar que se pretendesse instalar um sistema de disposição de resíduos sólidos desta magnitude e que, em Caieiras, certamente não seria diferente; que se surpreendia com o resultado da reunião pública, porque não imaginava que, ainda que por obra de um movimento político, ela pudesse reunir tantas pessoas que tivessem interesse em manifestar sua posição em relação ao empreendimento; que lembrava que, de uma certa forma, o Consemá teve a oportunidade de evitar que isso acontecesse, mas não quis assumir esta

Pág 4 de 13



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

responsabilidade; que, quando foi colocado pelo Ministério Público que a Constituição do Estado exigia a realização de audiências públicas em licenciamentos em que havia necessidade de Estudo de Impacto Ambiental, e que isso era disposição clara da lei, se preferiu optar, baseando-se, evidentemente, em parecer da Consultoria Jurídica da Casa, pela interpretação de que essa não era a vontade da Constituição, e o resultado político disto foi que a população já recebeu um licenciamento aprovado e uma audiência pública que tinha apenas o objetivo de prestar esclarecimentos, mas sem que fosse permitida à população que fizesse qualquer interferência no licenciamento, uma vez que este já estava consumado; que submetia este fato à reflexão de todos que continuariam atuando nos processos de licenciamento, fossem no Plenário, fossem nas Câmaras Técnicas, para que se desse muita atenção à condução da participação da população na decisão dos destinos da questão ambiental, principalmente naquela que lhe tocava mais de perto, no âmbito do seu Município; que era óbvio que se iria enfrentar, no âmbito municipal, esses problemas, o que lhe trazia outra preocupação, que era a de ver os Municípios assumirem seus próprios licenciamentos, o que, por um lado, traria uma politização muito forte da questão ambiental, e, por outro, a decisão não se balizasse mais pelo ponto de vista do interesse ambiental ou técnico, mas, eventualmente, pelos interesses do grupo político dominante, o que precisava ser refletido, e com bastante critério, pela Secretaria do Meio Ambiente; que consignava sua posição de que o Consemá refletisse sobre este episódio, quando se teve oportunidade de discutir, inclusive, o próprio mecanismo das audiências públicas; que isto lhe servisse de alerta para que nos próximos casos semelhantes se tivesse a cautela de não deixar o Secretário Executivo e as pessoas que lá iam representando a Secretaria do Meio Ambiente, e até mesmo os empreendedores, sujeitos a esse tipo de constrangimento e até ao risco da própria integridade física. A Secretaria Adjunta, Stela Goldenstein, fez as seguintes considerações: que essa questão deveria ser, efetivamente, objeto de reflexão de todos os conselheiros; que lembrava a existência de uma orientação recentemente definida pela Casa de que todos os empreendimentos de saneamento, ou seja, esgoto e lixo, seriam obrigatoriamente objeto de Audiência Pública, ainda que não viessem a ser solicitadas pelo público externo, como no caso em tela; que se deveria também refletir sobre os mecanismos existentes de interação sensível com a população e sobre a possibilidade de se promover a evolução destes mecanismos para que se tornassem mais efetivos, pois o que se percebia era que as audiências públicas nem sempre davam conta da tarefa de fazer a interação entre empreendimento, empreendedor, população e órgão público responsável pela decisão, razão por que talvez se devesse definir mecanismos mais sensíveis, independentemente da realização das audiências. O conselheiro Mohamed Habib propôs que a sugestão da Secretaria Adjunta fosse colocada na pauta como assunto a ser apreciado. Em seguida, o Secretário Ricardo Tripoli teceu as seguintes considerações; que se deveria fazer uma reflexão sobre a questão que fora levantada de forma muito interessante pelo Ministério Público, pois constatava uma grande preocupação dos membros do Consemá, mas que, a seu ver, o tipo de manifestação que ocorreria refletia o espírito democrático que o País vivia nos dias de hoje, e que as vaias e aplausos tinham a mesma dimensão; que não via nenhum tipo de problema no que foi relatado, mas o que sobressaía era a maneira como as audiências públicas muitas vezes eram organizadas, pois, como havia sido colocado pelo Ministério Público, nem toda Prefeitura tinha a mesma maneira de atuar politicamente e, igualmente, nem toda empresa privada atuava da mesma forma, e era óbvio que, no calor da emoção, dependendo do grau de politização da cidade e do grau de entendimento da sociedade civil organizada com o empreendimento que estava sendo implantado no Município, poderia acabar a audiência pública com uma conotação que não era a mais interessante, pois, o que todos esses acontecimentos levavam a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

crer, era que o debate que deveria ter ocorrido não aconteceu, em função de um tumulto que, na sua opinião, era extra-autos, ou seja, nada tinha a ver com o assunto que deveria ter sido abordado, mas que se deu em função de um problema de ordem política local, decorrente não só do empreendimento, mas de uma divisão política entre o Prefeito e o Vice-Prefeito; que não deveria haver nenhum temor que levasse à não-realização dessas audiências e que, talvez, o que se desse conseguir ao longo dessa experiência de dezesseis anos do Colegiado era regulamentá-las melhor, pois estes temporais iriam, certamente, ocorrer ao longo dos anos e se teria de apreciar e participar como um fato democrático do cenário político nacional. O Secretário Executivo declarou que, para não pecar por omissão, complementava seu relato, informando que percebera no plenário grupos com faixas defendendo o empreendimento, mas que não puderam manifestar-se provavelmente por medo de serem escorraçados pelos outros. Passou-se, então, ao primeiro ponto da ordem do dia a apresentação do vídeo “Oceanos-Complexo Estuarino da Baixada Santista” e discussão sobre as condições ambientais de Cubatão e da Baixada Santista. Apresentado o vídeo, o Secretário Executivo informou que o Secretário Ricardo Tripoli pedia desculpas por não poder assistir a projeção inteira, pois teve que se ausentar para assistir a posse do Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras que ocorria, naquele momento, na Sabesp, mas que retornaria logo. Declarou, em seguida, que estava aberta a discussão e que estavam presentes técnicos da Cetesb e dos Institutos Geológico, Florestal e de Botânica que poderiam responder questões. Manifestou-se, o conselheiro Mohammed Habib, que, depois de parabenizar a Mesa e o Conselho por exibirem esse tipo de material, fez as seguintes observações: que esta era uma demonstração feliz de como se construir um Conselho, ou seja, de como se criar uma consciência ambiental; que estava feliz em presenciar esta demonstração nesta sessão como também com a atitude elegante e democrática do novo Secretário do Meio Ambiente; e que sempre se iria precisar desse tipo de material e de informação para construir a base para raciocinar e pensar as questões ambientais. A conselheira Maria Tereza Mariano teceu os seguintes comentários: que aproveitava a oportunidade do vídeo para mostrar seu ponto de vista acerca da fiscalização; que existiam as regras, mas estava provado que a Cetesb não dava conta da fiscalização e deveria se tentar impedir a externalidade para a sociedade desse tipo de prejuízo que deveria ser das indústrias, como a falta de tratamento do lixo e dos efluentes, problemas estes que ocorriam não só na Baixada Santista como no Estado e em todo o Brasil; que a Cetesb faltava com a fiscalização, embora se afirmasse que estava sempre de prontidão, fiscalizando, pois domingo, em Piracicaba, às 12:31, a Belgo-Mineira estava liberando resíduos no ar, em tonalidade amarela bem escura; que ligou para a Cetesb e, para seu espanto, ninguém respondeu, como também para a indústria, sem que ninguém igualmente atendesse; que, embora fosse domingo, era informada de que sempre havia plantão na Cetesb, que em sua cidade não estava funcionando; que as pessoas não se davam conta da propaganda ilusória feita pelas empresas de que iriam ser um exemplo para o Estado, porque fariam o tratamento de efluentes ou o auto monitoramento, chegando até a apresentar projetos, iniciando sua instalação, como era o caso da Belga-Mineira que declarou possuir filtros que iriam ser instalados, mas que teve o procedimento que ela acabara de relatar; que, neste último domingo, ela fora até essa empresa e perguntara pelos filtros e, ao ser informada de que estavam desligados, ela declarou que pertencia ao Consem, tendo eles, em seguida, ligado os filtros; que existia uma tremenda falta de consciência por parte dos empresários, o que era público e notório, e que a fiscalização deveria permanecer muito atenta; que perguntava como se poderia ajudar na fiscalização, pois, depois da experiência vivenciada domingo, perguntava se não seria útil os conselheiros usarem um tipo de crachá que os identificasse, para que, em casos como este, quando a

Pág 6 de 13



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Cetesb não estivesse funcionando, pudessem questionar as indústrias, pois se se dirigir a elas como cidadã comum, sequer suas portas seriam abertas, porque, só quando se apresentou como membro do Conselho, foi atendida sua reivindicação, tendo sido os filtros ligados; que, dessa maneira, pôde colaborar com a fiscalização, mas que, para que pudesse continuar agindo dessa forma, era necessário debater-se esta questão, para analisar-se se este seria um bom instrumento; que era público e notório que existiu corrupção entre os fiscais da Cetesb de sua cidade, pois se chegou a registrar estes fatos nas antigas administrações; que havia regras e leis, mas o que faltava era colocá-las em prática, pois não adiantava aprovar as medidas mitigadoras quando do licenciamento de um empreendimento, se elas não eram acatadas e respeitadas pelas indústrias; que, por ser isto o que acontecia, explicava-se não só o caos de Cubatão, mas também de outros lugares onde existiam bolsões de indústria, como nas regiões de Campinas, Ribeirão Preto e Piracicaba; que perguntava se outros órgãos também não poderiam colaborar com os poucos fiscais que existiam; que mais uma vez pedia que se registrasse a falta de fiscais na regional da Cetesb e, mais uma vez, alertava para que não se confiasse tanto na propaganda. O Secretário Executivo declarou que até se poderia discutir o uso de crachá, mas que, pelo regimento, representa o Consema o seu presidente, e não um conselheiro individualmente. Manifestou-se o conselheiro Carlos Bocuhy, que expôs os seguintes pontos de vista: que não se fez a apresentação desse vídeo para que não seja adotada nenhuma medida para resolver o problema ambiental de Cubatão, que continuava tão sério ou pior, desde que se protocolou este vídeo, em junho do ano passado, que só agora havia sido pautado; que o ano internacional dos oceanos acabou, mas o ano dos estuários, da degradação dos estuários, permanecia e se continuava com uma situação cada vez pior naquela região; que subsidiou este vídeo o estudo dos oceanos financiado pelo projeto Brasil-Alemanha1990/96, curiosamente publicado em inglês, e que se encontrava disponível na biblioteca da Cetesb, mas não disponibilizado para a sociedade, pois ainda não fora traduzido este documento que era resultado de uma pesquisa de seis anos sobre a qualidade ambiental do ar na Baixada Santista; que ele tratava especificamente dos danos por ela causados à vegetação das encostas; que encaminhava a proposta para que a Cetesb elaborasse um Plano de Controle Ambiental rigoroso para a região da Baixada Santista e fosse criada, no âmbito do Consema, uma Comissão Especial para acompanhar a adoção das medidas a serem implementadas pela SMA; que essa comissão deveria ser composta por membros da sociedade civil com participação dos órgãos do Governo e que, apesar de não ter caráter deliberativo, garantisse a transparência e o acesso à informação dos dados disponíveis sobre degradação e condições ambientais da Baixada Santista; que o problema da poluição de Cubatão era emblemático e que pedia que o Secretário Ricardo Tripoli fosse informado sobre a preocupação das entidades ambientalistas com as condições ambientais de Cubatão e sobre o encaminhamento que a esta questão seria dado visando sua minimização; que mais uma vez solicitava ao Conselho que deliberasse sobre a urgente elaboração de um Plano de Controle da Poluição para a Baixada Santista e sobre a criação de uma comissão de acompanhamento de sua implementação; que existia, por parte deste Governo, uma obsessão de enxugamento da máquina administrativa, embora não existisse a mesma obsessão com relação ao enxugamento de recursos, pois se tinham cadeiras, computadores, *jeeps*, mas não havia pessoal para pilotar estes equipamentos; que a obsessão pelo enxugamento da máquina iria levar a sociedade a um elevado custo futuro, porque recuperar custava muito mais do que prevenir a degradação; que gostaria de ouvir do Secretário seu compromisso e uma palavra alentadora, principalmente para que se cortasse esse círculo vicioso que pensava a fiscalização como sinônimo de autoridade, de procedimento anti-democrático, pois ela não era isso, mas, sim, preventiva,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

educativa e gentil, pois estava no ponto onde ocorria a degradação antes de que ela se verificasse, além de instruir a população; que não era um programa de educação ambiental feito nas escolas que iria coibir a especulação imobiliária, que iria coibir a iniciativa industrial de lançar efluentes e de produzir às custas do insumo de um bem público; que, quando um Governo de Estado e uma Secretaria pautavam sua gestão pela falta de pessoal, privilegiavam a degradação, o setor produtivo e a especulação imobiliária, em detrimento da defesa do que era público, dos bens indisponíveis da coletividade, defendidos pelos membros do Conselho; que, como Cubatão era emblemática e representava esta chaga nacional, como dissera o Promotor Herman Benjamim quando recebeu este vídeo, seria de extrema urgência, e o Secretário Ricardo Tripoli demonstraria sua boa vontade em relação ao meio ambiente afirmando sua posição como homem público, se a SMA priorizasse sua atuação nesse Município; que a situação ambiental de Cubatão se reproduzia gradualmente na região de Campinas, que estava no mesmo caminho do que fora Cubatão na década passada, pois, gradualmente, pela falta de controle, se transformava em um sem número de lixões clandestinos e depósito irregular de material Classe I, de resíduos perigosos, em fundos de fazenda e terras improdutivas, cujos proprietários recebiam uma pequena quantia para que fossem nelas lançados qualquer tipo de produto; que fizera o vídeo com o objetivo de impulsionar e solucionar a questão de Cubatão; que se encontraram indícios na região mais alta da Serra – e o vídeo mostrava isso com uma certa propriedade – que o controle da poluição se deu nas áreas mais baixas, uma vez que nas áreas mais altas houve uma intensificação da poluição. Manifestou-se o conselheiro José C. M. Sícoli que, depois de parabenizar o conselheiro Carlos Bocuhy e demais responsáveis pela elaboração do vídeo e de declarar que este trabalho era de grande importância, uma vez que suas imagens falavam mais forte do que qualquer relatório, teceu as seguintes considerações: que se deveria refletir sobre qual direcionamento o Conselho deveria indicar e postular junto à SMA e ao Governo para que a política ambiental do Estado de São Paulo fosse revista; que, lamentavelmente, se tinha de constatar que problemas ambientais não existiam só em Cubatão, pois outros centros apresentavam problemas de poluição industrial que já atingiam alta gravidade e magnitude, indicando que se chegará a níveis semelhantes aos de Cubatão, e que eles não eram resultado de ações isoladas nem de movimentos desorganizados; que, pelo porte das empresas mencionadas, se poderia imaginar quantos milhões de dólares estavam envolvidos nas questões que resultavam em problemas ambientais quase insolúveis; que, certamente, muitos técnicos da Cetesb, muitos agentes da SMA já tentaram atuar de forma mais incisiva nestas questões e não tinha a menor dúvida, embora não pudesse citar dados exatos, de que muitos deles pagaram um alto preço, inclusive com eventual afastamento, por tentarem uma ação mais decisiva diante de questões gritantes como essas que foram vistas; que tinha certeza absoluta de que isso não era fruto de descaso do órgão ambiental, especificamente da Cetesb, talvez muito mais da impotência frente ao poder econômico e político que uma ação fiscalizatória ou corretiva devia enfrentar; que este problema posto era um grande desafio, não só para a Secretaria do Meio Ambiente, mas para toda a nação brasileira, a saber, de como se poderia compatibilizar o necessário desenvolvimento tecnológico e econômico com a preservação dos recursos naturais e com a vida e a saúde da população; que ficava esse grande desafio que, por certo, o novo Secretário do Meio Ambiente, Ricardo Tripoli, já conhecia a fundo e estava preparado para enfrentar, mas que não seria obra de um só homem ou de uma instituição apenas e, lamentavelmente, nem tampouco de uma só geração, pois todos teriam de se unir e tentar reverter este quadro e, ao longo do tempo, tentar evitar que situações semelhantes acontecessem, as quais, infelizmente, ainda vinham acontecendo; que queria, para ilustrar, e não gostaria que o debate se centrasse nesses dois exemplos, mostrar como a



ação preventiva ainda carecia de um pouco mais de cuidado; que se debruçara sobre um parecer técnico elaborado no âmbito do licenciamento de um *shopping center* de Praia Grande em que se apontou, entre outros problemas, a produção de quase 2 mil toneladas diárias de lixo numa região que não tinha sistema de tratamento de lixo, e que esse resíduo seria lançado num lixão que, evidentemente, já causava problemas ambientais muito graves; que, no entanto, este empreendimento teve a aprovação dos órgãos ambientais estaduais, sem qualquer compromisso do empreendedor, que obviamente desenvolverá esta atividade auferindo lucros, de participar da solução do problema para cujo agravamento ele contribuirá; que, em sua visão, a ação preventiva que se dava sobretudo no licenciamento tinha de levar em conta este aspecto; que não era possível, em um Município onde não havia capacidade de suporte para uma carga adicional de poluição, aprovar-se, ainda que sob o escudo da geração de emprego e do desenvolvimento da região, empreendimentos que privatizarão o lucro e socializarão os danos ambientais e os prejuízos daí decorrentes; que outro episódio era o seguinte: que, no Vale do Ribeira, havia em andamento obras da Sabesp de uma estação de tratamento de esgoto na várzea de um dos rios do Município de Jacupiranga, numa área de inundação do rio, onde, por força de uma resolução da Secretaria, não se exigia licenciamento, pois a licença prévia era dispensada para Município de até 5 mil habitantes, independentemente do porte da obra para saneamento básico; que o Promotor instalou o procedimento, quando vieram a informação sobre a dispensa da licença prévia e a perplexidade de que qualquer inundação, qualquer transbordamento, naquela área que tinha essa função, provocaria o transbordamento da lagoa onde o esgoto estava sendo recolhido para tratamento, e que, obviamente, tudo iria para o curso d'água; que, no licenciamento, portanto, a questão da prevenção dos danos ambientais deveria ser examinada, ainda que não se tratasse, em tese, de uma obra em si causadora de danos ambientais, mas que, no contexto da região onde ela se inseriria, ou na localização geográfica onde ela seria edificada, acabasse se tornando algo que mereceria um detalhamento um pouco maior; que o Ministério Público de Cubatão, presente nesta reunião, se colocava à disposição dos conselheiros para eventuais esclarecimentos a respeito do que vinha sendo feito, e que ele também vinha buscando, junto com a Cetesb, encontrar solução para os problemas; que colocava mais uma vez a necessidade da urgência de um diálogo entre o Ministério Público e a Secretaria do Meio Ambiente, no sentido de encontrar mecanismos para o fortalecimento desta Casa, para o fortalecimento dos órgãos responsáveis pelo licenciamento e fiscalização ambiental no Estado, porque tinha a convicção de que, embora algumas divergências conceituais pudessem existir, todos estavam abraçando a mesma causa, que era a defesa do interesse público, tendo-se pois a obrigação de procurar superar essas divergências, encontrar os pontos comuns para o diálogo e unir as forças, dentro daqueles poderes que a legislação conferia a cada um, procurando-se efetivamente, criar uma nova mentalidade neste País, um novo conceito de desenvolvimento que respeitasse efetivamente a vida humana e o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Em seguida, o conselheiro Armando Shalders fez a seguinte intervenção: que, como havia proposto o conselheiro Mohamed Habib, seria bom começar esta discussão analisando serenamente os problemas de Cubatão e que esta era a quarta vez que, com o intuito de que o debate tivesse qualidade, mobilizara a equipe da regional da Cetesb deste Município para participar dessa discussão, a qual, em função de vários problemas, acabou não acontecendo; que deveria ser mostrada, nesta oportunidade, a forma como a Cetesb compreendia os problemas que acabaram de ser apontados, suas repercuções e quais as atitudes que o Governo vinha adotando; que todos estes problemas passavam por questões importantes, sendo uma delas o modelo de desenvolvimento que orientou a criação de Cubatão, pois seu nível de poluição passava pela discussão do modelo de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

desenvolvimento adotado para a região, ou seja, se ela possuía ou não vocação industrial; que o vídeo era fruto de uma leitura que resultara dos estudos produzidos por um acordo binacional; que existiam grandes fontes de poluição oriundas de empresas antigas, em relação às quais havia muito o que se fazer; que outra questão daquela região dizia respeito aos resíduos domésticos produzidos por toda aquela população, problema este de difícil solução, mas sobre o qual se buscava um equacionamento; que se deveria também aprofundar o conhecimento sobre o estuário, o que não significava apenas fazer pesquisas, mas ter informações rotineiras sobre como a região se comportava frente a alguns impactos e quantificá-los; que outra questão importante dizia respeito ao equacionamento da problemática ambiental produzida pelo terminal de fertilizantes; que, em relação ao problema levantado pela conselheira Maria Tereza Mariano, informava sobre a impossibilidade de a Cetesb estar sempre presente e que, por isso, era pertinente também a proposta dessa conselheira de se dar apoio às ações de fiscalização da Cetesb, podendo criar-se, no Consem, uma infra-estrutura para isso; que, em relação ao pedido do conselheiro Carlos Bocuhy, de um plano específico de controle, não só ele já existia há um ano, como também propunha estratégias para as ações de fiscalização; que, em relação à proposta feita também pela conselheira Maria Tereza Mariano, de se aprimorar a fiscalização dos agentes da Cetesb, ela era muito interessante, embora não pudesse deixar de ressaltar o esforço que o corpo técnico desta Companhia vinha fazendo nesses dois últimos anos, o que era bem demonstrado pelo aumento do número de inspeções, que aumentara muito; que o corpo técnico da Cetesb havia incorporado alguns aprimoramentos; que estava preocupado com a informação oferecida também por esta conselheira de que os técnicos da Cetesb possuíam um comportamento não-adequado e que, se houvesse provas a este respeito, elas deveriam ser trazidas de forma clara. Depois de o conselheiro Carlos Bocuhy informar que a eficiência da Cetesb não podia ser a mesma já que tinha informações de que as horas extras haviam sido cortadas, o que, sem dúvida, prejudicaria os plantões e, consequentemente, a eficácia da Companhia, o diretor da regional da Cetesb de Cubatão, engenheiro Sérgio Pompéia ofereceu uma série de informações, entre as quais a de que já vira o vídeo anteriormente e que, sem sombra de dúvida, ele era um instrumento fundamental para chamar a atenção no que se referia aos passivos ambientais da Baixada Santista, passivo este que era herança; que, entretanto, o vídeo não contextualizava a atual situação ambiental desse Município, que era de franca recuperação; que se precisava de um grande esforço para enfrentar este problema; que, com relação a este aspecto, poderia citar alguns exemplos, entre eles a instalação da unidade que retirava o enxofre da refinaria, com capacidade de 70 t/dia, e que atualmente estava retirando 30 toneladas, que, embora fosse muito pouco ainda, representava quase 50% da capacidade; que esta tecnologia não apenas controlava a poluição, mas também gerava divisas para a refinaria, pois se venderia hidrogênio; que não havia dúvidas de que a Cosipa era o maior passivo ambiental não só de Cubatão, mas do País, mas que, em 1997/9, ela reduziu, em 90 t/d, o que ela lançava na atmosfera; que, sem dúvida o passivo era grande, mas o caminho era de melhoria e franca recuperação; que a Rhodia também era responsável por um passivo seríssimo, mas que, em 1998, começaram a operar estações de tratamento de águas subterrâneas em todos os pontos de contaminação, e que, deste modo, o passivo estava sendo tratado, principalmente na área portuária; que, em 1998, as dragagens foram interditadas, quarenta e cinco ao todo, com a perspectiva de se explicitarem os problemas que estavam sendo causados; que os trechos críticos contaminados permaneciam interditados e só seriam liberados quando fosse identificada a dimensão do problema; que outro aspecto fundamental dizia respeito à comunicação e a transparência, pois, embora a Cetesb possuísse uma grande quantidade de dados gerados, eles não estavam disponíveis, era necessário colocá-los na rua; que a Cetesb

Pág 10 de 13



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

publicava seus relatórios sobre qualidade ambiental, mas uma grande quantidade de dados era produzida, principalmente para atender às demandas do Ministério Público, e ela não era divulgada; que, por este motivo, será produzido um cd-rom com a localização de cada uma das indústrias e de suas fontes poluidoras e dos pontos de monitoramento; que a Cetesb faria uma auditoria dos dados colhidos pelo auto-monitoramento; que, no que dizia respeito à transparência, um dado muito importante era o pacto que envolveu todos os funcionários na ação de fiscalização de cada indústria; que, também, no âmbito do processo de transparência, era necessário aperfeiçoar os métodos da fiscalização, que era o coração do controle; que, dada a dificuldade de fiscalizar cada indústria, embora em cada turno da Cosipa houvesse dois fiscais, a saída era criar mecanismos para tornar o monitoramento contínuo em cada chaminé, cujos resultados deviam ser monitorados pela Cetesb de tempos em tempos, os quais ficariam disponíveis *on line*; que o ideal era monitorar o problema na hora em que ele ocorria, para poder adotar-se um procedimento e a sociedade ter dados objetivos e corretos; que, em relação à degradação da Serra do Mar, no trabalho desenvolvido pela Cetesb, havia planos específicos para os poluentes fitotóxicos; que, com recursos do Programa de Controle da Poluição-Procop, seria feita uma grande radiografia da Baixada Santista, dos seus vinte e quatro pontos, incluindo os da Rhodia, aqueles relativos a metais pesados localizados na Praia Grande e em outros locais; que o último estudo sobre organismos aquáticos fora realizado em 1989 e que outro seria elaborado com o propósito de classificar o universo de informações que sobre eles existiam nesta região; que foram feitas todas as adequações necessárias com os terminais de Ilha Bela e que aqueles que não atenderem as exigências seriam interditados; que era necessária, para que houvesse uma ação mais efetiva e uma atuação mais firme, que os órgãos ambientais se articulassesem com a Marinha e o Ibama; e que deveriam ser atualizados os dados sobre o terminal de fertilizantes, que era uma fonte de poluição gravíssima, razão por que já recebera um número infinito de multas e se encaminhava para a interdição. O conselheiro Elson Maceió dos Santos fez as seguintes observações: que parabenizava o Secretário Ricardo Tripoli pela sua trajetória na Assembléia Legislativa como também o Plenário pela discussão que ora acontecia; que, depois de produzido este vídeo, tinha conhecimento, através de trabalhadores da Cosipa, da ocorrência de uma série de vazamentos e de pequenos acidentes provocados por esta siderúrgica, que haviam chegado até o centro da cidade de Cubatão; que esta siderúrgica, embora publicasse que estava de pleno acordo com as exigências estabelecidas pela Cetesb, não as cumpria, o que se constituía uma farsa, que tinha de acabar; que, em relação ao Bairro do Quarentenário, a análise de uma coleta de água e de sedimentos constatou que ainda estava contaminado o Rio Mariana, que, em nada havia melhorado; que se deveria interditar imediatamente o terminal de fertilizantes; que, no dia 16 de setembro, a entidade ambientalista que representava dera entrada em um pedido, na regional da Cetesb de Cubatão, solicitando algumas informações, as quais até agora não haviam sido fornecidas; que, no dia 8 de julho passado, ele e outro companheiro haviam participado de uma inspeção/coleta conjunta com a Cetesb e havia lhes causado estranheza o fato de constar desses relatório, além da informação de que eles haviam-se recusado a participar dessa vistoria, outras que os desabonavam, as quais, em última análise, favoreciam a Dow Química; que a regional da Cetesb em Cubatão não poderia continuar agindo da forma como vinha fazendo e que, se não houver qualquer mudança, se teria de recorrer ao Ministério Público, pois o Município de Cubatão não podia suportar mais indústrias. O conselheiro João Affonso de Oliveira, depois de parabenizar o novo Secretário como também os conselheiros responsáveis pela produção do vídeo, teceu algumas observações, entre elas, a de que pouco se falava do homem trabalhador, que ficava durante 12 horas na boca do forno em um calor de 3 mil graus,

Pág 11 de 13



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

consumia 2 a 3 litros de água e, quando chegava em casa, não conseguia nem ser esposo nem pai; que os rios e o Planeta estavam envenenados e que o Sindicato dos Trabalhadores Urbanos com sede no Município de Osasco era o único que se preocupava com a saúde do trabalhador, pois denunciara a Eternit, que tirou milhares de empregos daqueles que trabalhavam na fabricação de tijolos, em pequenas empresas que não matavam ninguém, e instalou a maior usina de amianto e, consequentemente, passando a produzir neste Município uma grande quantidade de lixo humano; que muitas fábricas matavam o homem e os tornavam impotentes e que essas informações que estavam sendo dadas deveriam ser divulgadas e não se tornar papéis que iriam dormir nas gavetas. Em seguida, na condição de assessor do conselheiro José Carlos Sícoli, fez uso da palavra o assessor técnico do Ministério Público, Hélio Lopes dos Santos, que teceu, entre outros, comentários sobre os motivos que o levaram a participar do vídeo, entre os quais engrandecer a Cetesb, mostrando a fase áurea de seu programa, como também que a unidade de enxofre não trouxe nenhum avanço ambiental; que o objetivo do vídeo era atacar os poluidores, e não a Cetesb; que os técnicos da Cetesb não foram substituídos à altura; que a Cosipa havia renegociado seu programa onze vezes, não por culpa dos engenheiros da Cetesb, mas, sim, do Secretário de Meio Ambiente daquela época; que os comunicólogos da Cetesb, àquela época, transformaram a linguagem técnica em algo assimilável, o que fazia com que se tivesse a retaguarda da população. Também na condição de assessor do conselheiro Sícoli se manifestou o Promotor de Justiça de Cubatão, Fernando Akaui, expondo seus pontos de vista, entre os quais que o vídeo desmascarara a tentativa de se dizer que a poluição de Cubatão estava controlada, o que não era verdade, dado que havia um grande passivo ambiental; que, no que dizia respeito à atuação do Ministério Público, esse passivo ambiental era objeto de investigação da Promotoria de Justiça e já se encontrava ajuizado; que, no âmbito administrativo, poderia haver maior pressão sobre essas unidades; que, em 1999, a Promotoria já instalara dezenas de procedimentos, alguns deles com base em informações veiculadas pela imprensa, e não dos órgãos públicos, que normalmente a subsidiam; que apelava para os conselheiros para que se tornassem mais efetivas as ações de proteção aos manguezais, devendo-se averiguar melhor sua origem. Na condição de assessor do conselheiro Elson Maceió dos Santos, João Carlos Gomes, ofereceu uma série de informações sobre a situação dos contaminados pela indústria Rhodia. Em seguida, o conselheiro Armando Shalders Neto teceu alguns comentários, entre eles, que não existia restrição para que qualquer entidade fiscalizasse, pois administrava na perspectiva do trabalho em conjunto, sob a orientação da Cetesb; que não permitia que se colocasse em dúvida a capacidade técnica e a honestidade dos técnicos da Cetesb, pois eram princípios de atuação; que apoiava a criação de uma Comissão Especial no âmbito do Consemá para acompanhar a implementação do Plano de Ação de Controle, mas não para questionar a Cetesb; que quem achava que ela estava “pacientando” ou quem duvidasse da capacidade de seus técnicos não ajudaria, pois o apoio tinha de ser honesto; e que nunca houve tanta transparência dos atos tomados por esta Companhia. O conselheiro Roberto Saruê encaminhou as seguintes propostas de recomendação: que a SMA priorizasse sua atuação em Cubatão, para que se obtivesse um ganho ambiental; que se modificasse a forma de licenciamento em Cubatão e na região, deixando de ser seu parâmetro as fontes de poluição, mas, sim, sua qualidade, seu contexto ambiental; e que a SMA proibisse a fabricação, no Estado de São Paulo, de produtos que levam amianto em sua composição, e que desse o prazo de três anos para que as indústrias que produziam este artefato mudasse a sua tecnologia. Dado o adiantado da hora e a falta de quórum para votar, consensuou-se que da pauta da próxima reunião constaria a votação dessas três propostas de recomendação e de criação de Comissão Especial para acompanhar

Pág 12 de 13



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

a implementação do plano de controle ambiental da Baixada; voltaria também à pauta a solicitação de informações sobre a implantação dos ramais do Poliduto Brasil/Bolívia. E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, Germano Seara Filho, lavrei e assino a presente ata.

GSF-PS